

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, no cartão-resposta, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use o cartão-resposta, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 13.

- 1 O mercado imobiliário no Brasil está aquecido apesar da pandemia de covid-19.
De acordo com levantamento da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança, foi registrado, em Mato Grosso do Sul, crescimento nos financiamentos imobiliários do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo. Os 4 números indicam que, mesmo durante o período de pandemia, a comercialização de unidades cresceu 39%, de março a maio de 2020 em relação ao ano anterior.
- O mercado imobiliário na cidade de São Paulo confirmou, também, em setembro de 2020, a trajetória de recuperação 7 do setor, com expansão dos lançamentos e vendas na comparação anual, de acordo com pesquisa do Sindicato da Habitação (Secovi), que monitora imóveis residenciais novos. Com a alta na demanda, os preços dos imóveis também têm subido, com a retirada de descontos.
- 10 Segundo o presidente do Secovi, Basílio Jafet, a recuperação está sendo impulsionada pela queda nas taxas de juros, que torna as parcelas do financiamento mais razoáveis para famílias que procuram moradia, além de incentivar a migração de investidores que já não ganham tanto como antes em aplicações na renda fixa. Outro ponto é o surgimento de novas 13 modalidades de empréstimos, com novos indexadores. “O mercado de crédito imobiliário baixou as taxas, amadureceu e diversificou as opções para os clientes”, diz Jafet. “Para as incorporadoras, isso é ótimo”, conclui.
- A pesquisadora de construção civil da Fundação Getúlio Vargas, Ana Maria Castelo, afirma que a taxa de juros não será 16 capaz de sustentar sozinha o aquecimento do setor por muito tempo. Segundo ela, isso depende da recuperação da economia como um todo. “Há condições hoje que favorecem o investimento em imóveis, mas sem uma melhora consistente da economia, com volta do emprego e da renda, não tem como o ciclo de alta se sustentar no médio e longo prazo”, afirma. “Mesmo com 19 juros baixos, é preciso que as pessoas tenham emprego para pagar a parcela”.
- O diretor financeiro e de relações com investidores da incorporadora Eztec, Emílio Fugazza, diz que a manutenção dos 22 negócios em alta depende das reformas administrativa e tributária para reequilibrar as contas do governo federal. “Isso vai permitir que os juros básicos sigam baixos por muito tempo”, acrescenta.
- A Eztec anunciou, há alguns dias, a meta de lançamentos de projetos avaliados na ordem de R\$ 4 bilhões a R\$ 4,5 bilhões 25 para o biênio de 2020 e 2021, avanço de 60% na comparação com o lançado pela companhia no biênio anterior, de 2018 a 2019.
- As principais incorporadoras do País já veem um movimento de alta de preço dos imóveis, em virtude do aumento nos 28 custos de aquisição de terrenos e de materiais de construção.
- O fundador e presidente do conselho de administração da MRV, Rubens Menin, disse que a companhia praticou 28 descontos nas vendas no começo da pandemia, mas já vê uma reversão do quadro em razão do custo maior dos insumos e da demanda aquecida.

Internet: <<https://economia.uol.com.br>> (com adaptações).

Em relação ao texto e a seus aspectos linguísticos, julgue os itens de 1 a 10.

- | | |
|--|--|
| <p>1 O texto caracteriza-se como dissertativo-argumentativo e nele se defende o aumento de preços dos imóveis para a sustentabilidade das incorporações imobiliárias.</p> <p>2 Segundo especialistas na área de construção civil e mercado imobiliário, a queda na taxa de juros favorece o investimento em imóveis no momento atual.</p> <p>3 Os vocábulos “têm”, “já” e “é” são acentuados graficamente de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica.</p> <p>4 Na expressão “mesmo durante o período de pandemia” (linha 4), o emprego do vocábulo “mesmo” acrescenta sentido concessivo à circunstância de tempo expressa no segmento “durante o período de pandemia”.</p> <p>5 O emprego da vírgula após “(Secovi)” (linha 8) justifica-se por separar oração com função adjetiva de sentido explicativo.</p> | <p>6 Não haveria prejuízo para os sentidos do texto caso o termo “demanda” (linha 8) fosse substituído por procura.</p> <p>7 Dadas as relações coesivas do texto, seria adequada aos sentidos do quarto parágrafo a inserção do termo adjetivo positivo após o vocábulo “ponto” (linha 12).</p> <p>8 Pelas relações coesivas do texto, conclui-se que o vocábulo “isso” (linha 16) está empregado em referência ao fato de a taxa de juros ser “capaz de sustentar sozinha o aquecimento do setor por muito tempo”.</p> <p>9 Estaria mantida a correção gramatical do texto caso, no trecho “Há condições hoje que favorecem” (linha 17), a forma verbal “favorecem” estivesse flexionada na terceira pessoa do singular, dada a possibilidade prevista, na gramática normativa, de concordância do verbo com o pronome relativo “que”.</p> <p>10 A expressão informal “não tem como” (linha 18), típica da linguagem falada, poderia ser corretamente substituída, com mais formalidade, pela expressão não há possibilidade de.</p> |
|--|--|

Quanto à correção gramatical e à coerência das substituições propostas para vocábulos e trechos destacados do texto, julgue os itens de **11** a **13**.

- 11** “há alguns dias” (linha 23) por **faz alguns dias**
12 “veem” (linha 25) por **preveem**
13 “em virtude do” (linha 25) por **em razão do**

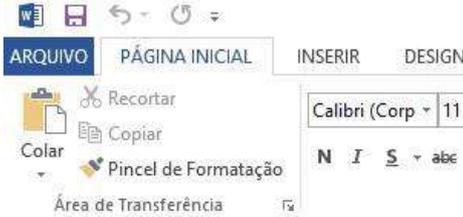
Julgue os itens de **14** a **16**, considerando a correção gramatical dos trechos apresentados e a adequação da linguagem à correspondência oficial.

- 14** Vimos por meio desta informá-lo que o prazo para impugnação, suspensão ou cancelamento do registro no CRECI finda em 31/03/2021, podendo o valor da anuidade 2021 ser parcelado em até quatro vezes sem juros.
15 Informamos que a sua denúncia de desvio de cliente foi encaminhada a Comissão de Ética deste Conselho Regional para conhecimento e providências, tendo a mesma o prazo de dez dias para se pronunciar à respeito.
16 Esclarecemos que deverão ser descritas detalhadamente, a maneira como cada uma das atividades do projeto será realizada, informando como será organizada e o número de participantes de cada uma delas, valendo lembrar de que este detalhamento é muito importante para o entendimento da realização das atividades, portanto deve ser escrito de maneira coerente e precisa.

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e teclar corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Acerca dos aplicativos e procedimentos de informática, do programa Word 2013 e do sistema operacional Windows 10, julgue os itens de **17** a **22**.

- 17** Com o TeamViewer, um usuário poderá fornecer suporte remoto e instantâneo a outro usuário de computador.
18 O WinRAR é um programa gratuito que possui ferramentas destinadas à limpeza de arquivos desnecessários do sistema e também à correção de erros no registro do Windows.

- 19** No Word 2013, ao clicar em Arquivo,
- 

, será exibida uma tela que auxiliará o usuário nas tarefas comuns à maioria dos documentos criados. Trata-se do modo de exibição Backstage, que preenche toda a área de trabalho do Word.

- 20** Uma das formas de mover-se de uma página para outra em um documento do Word 2013, no Modo de Leitura (guia Exibição), é pressionando as teclas *page down* e *page up* no teclado.
21 O Windows 10, diferentemente das versões anteriores, como o Windows 7 e o Windows 8, é um sistema operacional de uso livre, ou seja, que não requer licença alguma.
22 No Windows 10, não é permitido abrir uma segunda área de trabalho, já que a área de trabalho é padronizada por esse sistema.

No que diz respeito aos conceitos de redes de computadores, ao programa de navegação Google Chrome, em sua versão mais atual, e aos procedimentos de segurança da informação, julgue os itens de **23** a **28**.

- 23** Em redes de computadores, o cabeamento estruturado é um padrão especificado por meio de norma, em que são definidas as mídias de transmissão para as redes locais.
24 As redes sem fio (*wireless*) podem ser baseadas no uso de *laser*, infravermelho e micro-ondas.
25 A navegação anônima do Google Chrome jamais permite que um serviço *web* ou um *site* visualize o endereço IP do computador do usuário.
26 O Google Chrome é um dos navegadores mais seguros que existem. Tal fato se deve à implantação obrigatória de alguns recursos, como, por exemplo, a padronização de navegação, em que o Chrome proíbe o usuário de limpar quaisquer dados de navegação.
27 Um dos procedimentos de segurança da informação que pode ser adotado por um funcionário é não armazenar suas senhas nos sistemas de um computador de forma desprotegida.
28 Não há necessidade alguma de se monitorar os sistemas em organizações cujos eventos de segurança da informação sejam registrados em arquivos (*log*), uma vez que esses procedimentos apenas consomem recursos computacionais e provocam lentidão nos sistemas.

Julgue os itens de **29** a **32**.

- 29** O número de anagramas da palavra OUTONO é maior que o número de anagramas da palavra VERÃO.
- 30** O resultado da divisão do número de anagramas da palavra PRIMAVERA pelo número de anagramas da palavra INVERNO é um quadrado perfeito.
- 31** A negação de “Os ursos hibernam no inverno” é “Os ursos não hibernam no inverno”.
- 32** “O calor tá de matar!” não é um exemplo de proposição lógica.

Seja f uma função, definida no conjunto dos números reais positivos, tal que $f(x + 1) = xf(x)$ e $f(1) = 1$, julgue os itens de **33** a **35**.

- 33** $f(0) = 0$
- 34** $f(2.021) = 2.021!$
- 35** $f\left(\frac{7}{2}\right) = \frac{15}{8}f\left(\frac{1}{2}\right)$

João e Maria estavam brincando de par ou ímpar. A cada partida, o vencedor ganhava 2 pontos e o perdedor perdia 1 ponto. Após jogarem 10 vezes, João estava com 8 pontos.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens **36** e **37**.

- 36** Após jogarem 10 vezes, Maria estava com 2 pontos.
- 37** Para empatar em pontos com João, Maria precisaria ganhar as próximas 3 partidas.

Uma loja vende pequenas árvores de Natal cônicas. Esses itens são guardados em caixas, que são paralelepípedos de 50 cm de altura e base quadrangular de 20 cm de aresta.

Com base nesse caso hipotético, julgue os itens de **38** a **40**.

- 38** Se a base quadrangular tivesse aresta duas vezes maior e a altura da caixa fosse mantida, o volume desta seria duas vezes maior.
- 39** A caixa utilizada pela loja tem um volume $12/\pi$ vezes maior que uma caixa cônica de mesma altura e diâmetro da base igual à aresta da base da caixa original.
- 40** Admitindo-se que a proporção entre a árvore de Natal e a caixa em formato de paralelepípedo deva ser mantida, para uma árvore com dimensões 40% maiores, a caixa necessária terá exatamente $54,88 \text{ dm}^3$ de volume.

RASCUNHO

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

A Lei Geral de Proteção de dados dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Com relação às disposições legais contidas no referido ato normativo, julgue os itens de **41 a 45**.

- 41** O respeito à privacidade e a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem são fundamentos observados no diploma legal, os quais disciplinam a proteção de dados pessoais.
- 42** O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado mediante o fornecimento de consentimento por seu titular, mesmo que este os tenha tornado manifestamente públicos.
- 43** Na realização de estudos em saúde pública, os órgãos de pesquisa poderão ter acesso a bases de dados pessoais, com a estrita finalidade de realização de estudos e pesquisas, desde que observada a ética e as normas de tratamento de dados pertinentes.
- 44** É vedado ao Poder Público transferir a entidades privadas dados pessoais constantes de bases de dados a que tenha acesso, com o objetivo exclusivo de prevenção de fraudes.
- 45** A transferência internacional de dados pessoais só é admitida na legislação pátria quando a transferência for necessária para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiros.

No que concerne às normas relacionadas aos atos de improbidade administrativa e às respectivas sanções, julgue os itens de **46 a 50**.

- 46** Adquirir para si, no exercício de função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público constitui ato de improbidade administrativa.
- 47** Negar publicidade aos atos oficiais e deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo são atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública.

- 48** As investigações destinadas a apurar a prática de ato de improbidade dependem de representação do Ministério Público à autoridade administrativa competente.
- 49** A perda da função pública só se efetiva com o trânsito em julgado da sentença condenatória por ato de improbidade administrativa, sendo vedado o afastamento do agente público do exercício do cargo durante a instrução processual.
- 50** Celebrar parcerias da Administração Pública com entidades privadas sem a observância das formalidades legais constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário.

O agente público deve pautar seu comportamento na legalidade, na impessoalidade, na moralidade, na publicidade e na eficiência, de modo a espelhar os anseios sociais. Considerando essa informação, julgue os itens de **51 a 55** acerca da ética no serviço público.

- 51** Quando se fala em agir ético do Estado, em verdade, se está falando do agir ético dos agentes públicos nesta condição, uma vez que o Estado é uma ficção jurídica e, por isso, não possui vontade própria.
- 52** Os atos administrativos podem expressar a vontade individual exteriorizada pelo agente público, em decorrência do princípio constitucional da moralidade.
- 53** Comportamentos virtuosos no âmbito público são imprescindíveis para se incorporar a ética na Administração Pública.
- 54** Interesses imediatos do governante, como agente político, podem se sobrepor ao interesse público, em obediência ao princípio da eficiência.
- 55** Espera-se do servidor público comportamento dirigido por atitudes preservadoras do patrimônio e da tradição dos serviços públicos.

As constituições podem ser classificadas, doutrinariamente, sob diversos critérios, a depender da característica que esteja em análise. Quanto à classificação das constituições, julgue os itens de **56 a 60**.

- 56** A Constituição Federal de 1988, por ser fruto de uma Assembleia Nacional Constituinte formada democraticamente por representantes do povo, é classificada, quanto à sua origem, como constituição promulgada.
- 57** São classificadas como semirrígidas as constituições que, apesar de poderem ser alteradas pelo Poder Legislativo derivado, exigem, para tanto, um processo legislativo mais solene que o processo para a alteração de leis ordinárias.
- 58** Ante ao critério sistemático, define-se como constituição legal, também denominada constituição escrita não formal, aquela que se distribui em vários textos e documentos esparsos, ou seja, que não se materializa em um único documento legal.
- 59** Sob a perspectiva do modo de elaboração, as constituições dogmáticas são as criadas por meio de um lento e contínuo processo de formação, com a reunião de histórias e costumes de um povo.
- 60** Uma constituição enxuta, que não se ocupa de minúcias, mas apenas dos princípios fundamentais e estruturais do Estado, é classificada como sintética.

O Título II da Constituição Federal de 1988 trata dos direitos e das garantias fundamentais, abrangendo os direitos e deveres individuais e coletivos, os direitos sociais, os direitos de nacionalidade, os direitos políticos e os direitos dos partidos políticos. Com base nas previsões constitucionais relativas aos direitos e às garantias fundamentais, julgue os itens de **61 a 65**.

- 61** Brasileiros e estrangeiros residentes no País podem manifestar livremente seus pensamentos, sendo assegurado também o direito ao anonimato e à imunidade contra perseguições políticas.
- 62** O direito ao contraditório e à ampla defesa são assegurados aos litigantes e aos acusados em geral, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.

- 63** As entidades sindicais dependem de autorização do Estado para sua fundação, porém é vedado ao Poder Público exercer qualquer tipo de interferência em seu funcionamento.
- 64** A educação, a saúde, a moradia e a proteção à maternidade e à infância são direitos sociais expressamente previstos na Constituição Federal.
- 65** Os cargos de presidente e vice-presidente da República, bem como os cargos de governador e vice-governador dos estados e do Distrito Federal, são privativos de brasileiros natos.

Os cargos, os empregos e as funções públicas são acessíveis aos brasileiros e aos estrangeiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei. No que se refere às disposições constitucionais relativas à Administração Pública e aos servidores públicos, julgue os itens de **66 a 70**.

- 66** Enquanto estiver em exercício de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, ficará afastado de seu cargo, seu emprego ou sua função o servidor público da administração direta, autárquica e fundacional.
- 67** Para a fixação dos padrões de vencimento dos servidores públicos, há de se observar a peculiaridade do cargo e os requisitos para a investidura, bem como a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira.
- 68** Na esfera da administração pública direta, as funções de confiança e os cargos em comissão destinados às atribuições de direção, chefia e assessoramento devem ser preenchidos, exclusivamente, por servidores de carreira.
- 69** É vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.
- 70** O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado, compulsoriamente, aos 65 anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A Lei n.º 8.429/1992, denominada Lei de Improbidade Administrativa, dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional, e dá outras providências. Com relação aos atos de improbidade administrativa, julgue os itens de **71 a 75**.

- 71** As sanções decorrentes de atos de improbidade administrativa também atingem àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie, sob qualquer forma, direta ou indireta.
- 72** Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade à Administração Pública.
- 73** A ação de improbidade, fundamentada na Lei n.º 8.429/1992, tem natureza criminal e não exige a responsabilidade cível e administrativa do agente.
- 74** Ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento, de forma dolosa ou culposa, constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário.
- 75** As ações de improbidade não admitem a celebração de acordo de não persecução cível, cabendo à Fazenda Pública, quando for o caso, promover as ações necessárias ao ressarcimento do patrimônio público.

Segundo Hely Lopes Meirelles, ato administrativo é toda manifestação unilateral de vontade da Administração Pública que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos ou impor obrigações aos administrados ou a si própria. A respeito dos requisitos, dos atributos e das classificações dos atos administrativos, julgue os itens de **76 a 80**.

- 76** A competência é um requisito do ato administrativo que se caracteriza por ser irrenunciável, imprescritível, intransferível e imodificável pela vontade do agente.
- 77** A finalidade almejada por qualquer ato administrativo deve ser sempre o interesse público, sob pena de nulidade do ato.
- 78** O ato administrativo não goza de presunção de legitimidade, devendo a Administração provar formalmente sua validade para que possa produzir efeitos.
- 79** Classificam-se como atos de gestão os atos internos da Administração que visem a dar andamento aos serviços desenvolvidos por uma entidade, um órgão ou uma repartição.
- 80** O ato administrativo complexo é o que necessita, para sua formação, de manifestação de vontade de dois ou mais órgãos diferentes.

O controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos se dá de variadas formas, por intermédio de diferentes órgãos e em momentos distintos. No que se refere à ação direta de inconstitucionalidade e à ação declaratória de constitucionalidade, julgue os itens de **81 a 85**.

- 81** Partidos políticos com representação no Congresso Nacional e entidades de classe de âmbito nacional têm legitimidade ativa para propositura da ação declaratória de constitucionalidade.
- 82** Também são admitidas como parâmetro para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade as normas constantes de tratados ou convenções internacionais de direitos humanos aprovadas por rito ordinário.
- 83** Sob uma perspectiva temporal, as leis e os atos normativos só serão admitidos como objeto de ação direta de inconstitucionalidade quando produzidos posteriormente ao parâmetro constitucional violado.
- 84** São requisitos da petição inicial da ação direta de constitucionalidade a necessidade de indicação do dispositivo de lei impugnado e a existência de controvérsia judicial relevante a respeito de sua aplicação.
- 85** As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nas ações declaratórias de constitucionalidade, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

Nas palavras de Alexandre de Moraes, o poder constituinte é a manifestação soberana da suprema vontade política de um povo, social e juridicamente organizado. Quanto à natureza, às espécies e às características do poder constituinte, julgue os itens de **86 a 90**.

- 86** Fala-se em poder constituinte difuso quando o surgimento da constituição resulta da deliberação formal de um grupo de agentes, como no caso das constituições escritas.
- 87** Denomina-se poder constituinte histórico o responsável pelo surgimento da primeira constituição de um Estado.
- 88** O poder constituinte originário é inicial, autônomo, incondicionado e interino, já que se esgota com a edição de uma nova constituição, perdendo o fundamento de sua existência.
- 89** O poder constituinte formal é o responsável por definir o conteúdo fundamental da constituição, ou seja, é o lado substancial do poder constituinte originário.
- 90** De acordo com a concepção positivista, o poder constituinte originário tem natureza política, pois se encontra acima de toda e qualquer norma jurídica e é resultante da força social responsável por sua criação.

A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro regula as normas jurídicas de uma maneira geral, quer sejam do direito público ou do direito privado, e é considerada como uma norma sobre normas, conforme ressalta Carlos Roberto Gonçalves. Acerca dos preceitos contidos no referido ato normativo, julgue os itens de **91 a 93**.

- 91** A lei nova que estabelecer disposições gerais ou especiais a par das já existentes não revogará nem modificará a lei anterior.
- 92** Salvo disposição contrária, a lei começará a vigorar em todo o País 45 dias depois de oficialmente publicada e, se antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada à correção, o prazo será contado a partir da data da primeira publicação.
- 93** Para regular as relações concernentes a bens, aplica-se a lei do país em que estiverem situados e, para reger as obrigações, aplica-se a lei do país em que se constituírem.

No que se refere à teoria da desconsideração da personalidade jurídica, desenvolvida nos Estados Unidos e acolhida no ordenamento jurídico brasileiro, julgue os itens de **94 a 96**.

- 94** A desconsideração da personalidade jurídica pode ter lugar quando esta estiver sendo utilizada abusivamente, em detrimento do consumidor, para infração da lei ou prática de ato ilícito.
- 95** O cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio pode caracterizar confusão patrimonial e ensejar a desconsideração da personalidade jurídica para que os efeitos de determinadas obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios.
- 96** Uma vez aplicada a desconsideração da personalidade jurídica, o patrimônio de todos os seus sócios se torna suscetível à satisfação do credor, independentemente de quais deles tenham incorrido no ato ilícito.

Nas palavras de Caio Mário da Silva Pereira, obrigação é o vínculo jurídico em virtude do qual uma pessoa pode exigir de outra prestação economicamente apreciável. O mesmo autor acrescenta ainda que tal vínculo deve se basear na obediência aos valores e princípios constitucionais, inclusive o da dignidade da pessoa humana e o da solidariedade social. Quanto às modalidades de obrigações em geral e a suas características, julgue os itens de **97 a 100**.

- 97** Nas obrigações de dar coisa incerta, há de se indicar ao menos o gênero e a quantidade, cabendo a escolha ao devedor, se o contrário não resultar do título da obrigação, e sendo certo que não poderá dar a coisa pior nem será obrigado a prestar a melhor.
- 98** A obrigação de dar coisa certa não abrange os acessórios dela não mencionados no título, salvo se o contrário resultar deste ou das circunstâncias do caso.
- 99** Se o devedor estiver obrigado a restituir coisa certa e esta se perder antes da tradição, deverá ressarcir ao credor o valor total da coisa principal e de seus acessórios, mesmo que não tenha culpa na perda do bem.
- 100** Na obrigação de fazer de natureza personalíssima, caso o devedor se negue a cumpri-la, a obrigação de fazer converter-se-á em obrigação de dar, devendo o sujeito passivo arcar com perdas e danos, incluídos os danos materiais.

A jurisdição pode ser conceituada como a função atribuída a terceiro imparcial de realizar o direito, de modo imperativo e criativo, reconhecendo, efetivando e protegendo situações jurídicas concretamente deduzidas, em decisão insuscetível de controle externo e com aptidão para tornar-se indiscutível. Acerca das características da jurisdição, julgue os itens **101 e 102**.

- 101** A jurisdição se distingue das demais funções estatais por sua característica de substitutividade, na qual o Estado substitui, com uma atividade sua, as atividades daqueles que estão no conflito trazido à apreciação.
- 102** Por se tratar de monopólio do Estado, a função jurisdicional é indelegável e não pode ser exercida por agentes privados.

O artigo 485, inciso IV, do Código de Processo Civil (Lei n.º 13.105/2015) dispõe que o juiz não resolverá o mérito da ação quando verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válidos e regulares do processo. A respeito dos denominados pressupostos processuais, julgue os itens de **103 a 105**.

- 103** A capacidade processual é um requisito subjetivo de validade do processo, que se configura na aptidão da parte para praticar atos processuais, independentemente de assistência ou representação, pessoalmente ou por meio de pessoas indicadas pela lei.
- 104** A imparcialidade do juízo é um dos pressupostos processuais de validade, o qual enseja a extinção do processo sem o julgamento de mérito.
- 105** O interesse de agir é um requisito processual que deve ser constatado em abstrato e que decorre da capacidade postulatória da parte.

A relação de emprego tem como principal característica a presença do empregado, parte mais fraca da relação jurídica, que deve ter seus direitos protegidos. No que concerne aos sujeitos da relação de trabalho, julgue os itens de **106 a 108**.

- 106** Considera-se como empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.
- 107** Sempre que uma empresa estiver sob a direção, o controle ou a administração de outra, mesmo que tenha personalidade jurídica própria, será subsidiariamente responsável pelas obrigações decorrentes da relação de emprego da empresa principal.
- 108** A pessoa física ou a empresa individual que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, mediante recebimento de salário, é equiparada a empregado.

O contrato de trabalho é a base jurídica entre empregador e empregado, meio de vontade individual e instrumento de preservação da ordem social e integração da ordem jurídica. Com relação às normas que regem os contratos de trabalho, julgue os itens **109 e 110**.

- 109** O contrato individual de trabalho deve ser acordado expressamente, por escrito, por prazo determinado ou indeterminado, para prestação de trabalho não eventual ao empregador.
- 110** Mesmo na hipótese de um contrato de trabalho ser nulo, por haver sido celebrado com pessoa incapaz, o salário do trabalho prestado deve ser pago, sob pena de admitir-se o enriquecimento ilícito do empregador.

A instrução é a fase do processo de conhecimento em que são colhidas as provas que formarão o convencimento do juiz acerca dos fatos narrados pelo autor, pelo réu ou por terceiro. No que se refere aos meios de prova admitidos no direito processual trabalhista, julgue os itens de **111 a 113**.

- 111** A confissão ficta, que goza de presunção absoluta, dá-se à parte que, expressamente intimada com aquela cominação, não comparecer à audiência em que deveria prestar seu depoimento pessoal.
- 112** Nas causas submetidas ao procedimento sumaríssimo, a intimação de testemunhas só será feita se a testemunha comprovadamente convidada não comparecer.
- 113** A prova documental apresentada pela parte prescinde de autenticação por tabelião de notas, podendo ser declarada autêntica pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

Quanto às normas atinentes aos processos ordinários e aos recursos, no âmbito do processo do trabalho, julgue os itens **114 e 115**.

- 114** A capacidade postulatória das partes limita-se às varas do trabalho e aos tribunais regionais do trabalho, não alcançando a ação rescisória, a ação cautelar, o mandado de segurança e os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.
- 115** O mandado de segurança é o meio próprio para se obter efeito suspensivo a recurso ordinário interposto de sentença que ratifique a antecipação de tutela.

As limitações constitucionais ao poder de tributar são garantias fundamentais do contribuinte, destinadas a evitar que o ente tributante exceda o exercício de suas atribuições, impondo àquele uma carga onerosa insuportável. Acerca das limitações constitucionais ao poder de tributar, julgue os itens de **116 a 118**.

- 116** É vedado à União instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços de autarquias, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
- 117** A anterioridade tributária implica na impossibilidade de que uma lei tributária impositiva mais onerosa seja aplicada relativamente a situações pretéritas.
- 118** Os estados, o Distrito Federal e os municípios podem estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, com a finalidade de fomentar a economia da região de procedência ou destino.

Com relação às características e aos regimes jurídicos específicos das espécies tributárias previstas constitucionalmente, julgue os itens **119 e 120**.

- 119** Como decorrência de o imposto ter por fato gerador uma riqueza do contribuinte, o montante devido terá de ser dimensionado, necessariamente, com referência a tais riquezas.
- 120** As contribuições de melhoria são tributos com fato gerador misto, pois pressupõem tanto a atividade do Estado quanto o enriquecimento do contribuinte.